

**CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS (CAS)****Nº 8-014-22**

Página 1 de 2

VISTO

O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

Luis Gustavo Alves Smith

Assessor Jurídico

| | | |
|--|--|---|
| RAZÃO SOCIAL DA CONTRATANTE: Companhia Potiguar de Gás (POTIGÁS) | | CNPJ: 70.157.896/0001-00 |
| ENDEREÇO: Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505) | | FONE: (84) 3204-8500 |
| RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA: AGS ENGENHARIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA | | CNPJ: 08.855.237/0001-66 |
| ENDEREÇO: Rua São José, 1.314 – Anexo I, Lagoa Seca, Natal/RN - CEP 59031-630 | | FONE: (84) 3322-3783 |
| OBJETO: Prestação dos serviços de INTERLIGAÇÃO DO CONDOMÍNIO PARQUE NOVA COLINA, conforme especificações constantes no presente contrato e em seus anexos. | | |
| PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é de 04 (quatro) meses corridos contados a partir da data da assinatura do presente instrumento. | PRAZO PARA CONCLUSÃO: O prazo para conclusão dos serviços será de 04 (quatro) meses corridos contados a partir da data de confirmação de recebimento desse documento pela CONTRATADA . | VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 47.850,00 (quarenta e sete mil, oitocentos e cinquenta reais). |
| SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: As SANÇÕES ADMINISTRATIVAS referentes à execução do CONTRATO estão estabelecidas no PROJETO BÁSICO (Anexo I deste CONTRATO). | IMPOSTOS: Todos os impostos e taxas estão inclusos no preço total. | CONDIÇÕES PARA REAJUSTAMENTO: Os preços contratuais são fixos e irrealizáveis. |
| RECURSOS FINANCEIROS: Os recursos financeiros necessários ao atendimento deste Contrato são oriundos de receita própria da CONTRATANTE , proveniente da venda de Gás Natural, e estão previstos e disponíveis no orçamento do exercício de 2022 da Companhia, na conta " PO 2022 – Despesas e Custos Operacionais – Item 3.2.11 ". | | FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja. |
| CONDIÇÕES E LOCAL DE PAGAMENTO: As CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO estão estabelecidas no PROJETO BÁSICO (Anexo I deste CONTRATO). | | |
| CONDIÇÕES E LOCAL DOS SERVIÇOS: 1) A CONTRATADA prestará os serviços objeto do presente contrato no CONDOMÍNIO PARQUE NOVA COLINA, situado na Rua da Saudade, nº 13, Emaús, Parnamirim/RN (CEP 59.148-150), devendo o recebimento e aceitação dos serviços ser atestado pela Fiscalização da CONTRATANTE . 2) A CONTRATADA deve garantir os serviços prestados à CONTRATANTE , responsabilizando-se pelas consequências de quando executados fora das especificações exigidas por esta última, e entregá-los conforme as exigências deste contrato, assumindo todas as despesas necessárias para sua perfeita realização. | | |
| RESPONSABILIDADES DAS PARTES: As OBRIGAÇÕES DAS PARTES estão estabelecidas no PROJETO BÁSICO (Anexo I deste CONTRATO). | | |
| FISCALIZAÇÃO: As condições para FISCALIZAÇÃO DO OBJETO estão estabelecidas no PROJETO BÁSICO (Anexo I deste CONTRATO). | | |
| RESCISÃO: A CONTRATANTE poderá rescindir este instrumento, na hipótese de descumprimento, pela CONTRATADA , de qualquer de suas cláusulas, ou a qualquer tempo, desde que demonstre a intenção com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. | | |
| VINCULAÇÃO COM O ATO DE DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE E COM O PROCESSO INTERNO DA POTIGÁS PARA EFETIVAÇÃO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO: O presente contrato tem como fundamento legal o Inciso I do Artigo 29 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016, que considerada Dispensável a realização de licitação, bem como o RILC da POTIGÁS , estando vinculado ao processo de contratação PCS Nº 3-013-22 , parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição. | | |
| MATRIZ DE RISCOS: Foram previstas no PROJETO BÁSICO anexado a este CONTRATO (ANEXO I) situações de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do desequilíbrio econômico-financeiro inicial contratado, em termos de ônus financeiro, decorrente de eventos supervenientes à contratação, ressalvadas as obrigações da CONTRATADA , já previstas no presente instrumento. | | |
| PRÁTICAS DE COMPLIANCE: As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o RILC da POTIGÁS e o Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS , disponível no site da Companhia, | | |

**CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS (CAS)****Nº 8-014-22**

Página 2 de 2

VISTO



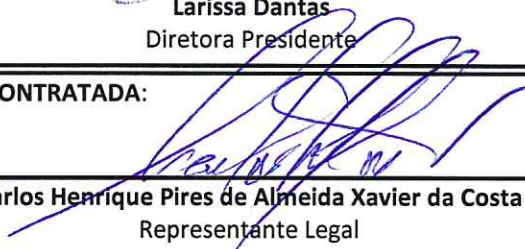

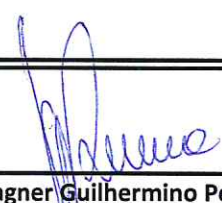



O presente instrumento foi previamente analisado e está de acordo com a legislação vigente.

Luís Gustavo Alves Smith
Assessor Jurídico<https://www.potigas.com.br/governanca/2019/codigo-conduta.pdf>.

Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste **CONTRATO**, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 1) A presente Carta de Autorização de Serviços se equivale ao instrumento de Contrato.
- 2) E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
- 3) Os documentos que ficam anexados ao presente **CONTRATO**, assim enumerados:
ANEXO I - PROJETO BÁSICO
ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

Natal/RN, 03 de maço de 2022.Pela **CONTRATANTE**:
Larissa Dantas
Diretora Presidente
Sérgio Henrique Guimarães de Paula
Diretor Técnico e ComercialPela **CONTRATADA**:
Carlos Henrique Pires de Almeida Xavier da Costa
Representante Legal**TESTEMUNHAS:**
Hugo César da Rocha Ribeiro
CPF/MF: 070.767.334-80
Ricardo Wagner Guilhermino Pereira
CPF/MF: 595.822.274-00**PELA FISCALIZAÇÃO:**
Franciney Batista de Souza
Gerente Comercial
Gestor do **CONTRATO**
Josimar Pereira de Sousa
Engenheiro
Primeiro Fiscal do **CONTRATO**
Eudes Bezerra da Cunha
Técnico Administrativo
Segundo Fiscal do **CONTRATO****ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS – PPU**

| ÍTEM | DESCRIÇÃO | QUANT | UNIDADE | VALOR MENSAL (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|--------------------|---|-------|------------|--------------------|-------------------|
| 1 | Interligação das Redes Internas de Gás dos 12 (doze) Blocos do Condomínio Parque Nova Colina até o CRM da POTIGÁS. | 600 | m | 68,33 | 41.000,00 |
| 2 | Instalação de 12 (doze) Válvulas de Bloqueios na Rede Interna de Gás a até 2 (dois) metros da entrada de cada Torre/Bloco e que esteja protegida e em local de fácil acesso | 12 | un | 570,83 | 6.850,00 |
| VALOR TOTAL | | | R\$ | 47.850,00 | |



ANEXO I – PROJETO BÁSICO
Página 2 de 18

Identificação
PB 01.33.A

OBJETO: SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE INTERLIGAÇÃO DAS REDES INTERNAS DE GÁS DO CONDOMÍNIO PARQUE NOVA COLINA ATÉ O CRM DA POTIGÁS

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente Projeto Básico tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução de interligação das Redes Internas de Gás Canalizado das 12 (doze) Torres com instalação de Válvulas de Bloqueio por Torre do Condomínio Parque Nova Colina até o CRM da POTIGÁS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - Os recursos financeiros ao atendimento desta contratação são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do exercício de 2022, na conta: “**PO 2022 - Despesas e Custos Operacionais - Item 3.2.11**”.

3 - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - A contratação deverá observar as normas e procedimentos contidos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da **POTIGÁS** (<http://www.potigas.com.br/documentos/regulamento-interno.pdf?14062018>), na Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e legislações correlatas.

4 - DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1 - A contratação dar-se-á no regime de execução por **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

5 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1 - O critério de julgamento das propostas comerciais no presente processo de contratação, será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

6 - DO MEMORIAL DE QUANTITATIVOS E CUSTOS UNITÁRIOS


| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|---|---------|------------|
| 1 | Interligação das Redes Internas de Gás dos 12 (doze) Blocos do Condomínio Parque Nova Colina até o CRM da POTIGÁS. | m | 600 |
| 2 | Instalação de 12 (doze) Válvulas de Bloqueios na Rede Interna de Gás a até 2 (dois) metros da entrada de cada Torre/Bloco e que esteja protegida e em local de fácil acesso | un | 12 |

7 - DO MODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço compreende a interligação das Redes Internas de gás Canalizado das 12 (doze) Torres com instalação de Válvulas de Bloqueio por Torre do Condomínio Parque Nova Colina até o CRM da POTIGÁS, devidamente testada e registrada no CREA/RN.

7.1 - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

7.1.1 - Anexo A: Memorial Descritivo – Interligação Rede Interna.

| | | |
|---|--|--|
|  | <p align="center">ANEXO I – PROJETO BÁSICO Página 3 de 18</p> | <p align="center">Identificação PB 01.33.A</p> |
| <p align="center">OBJETO: SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE INTERLIGAÇÃO DAS REDES INTERNAS DE GÁS DO CONDOMÍNIO PARQUE NOVA COLINA ATÉ O CRM DA POTIGÁS</p> | | |

7.2 - REQUISITOS ESPECÍFICOS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

7.2.1 - Anexo B: Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde;

7.2.2 - Anexo C: Critérios de Medição.

8 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - São obrigações da **CONTRATADA**, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas no **CONTRATO** e daquelas constantes neste documento (**Anexo A do CONTRATO**):

8.1.1 - Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessária à execução dos serviços ora contratados, como única e exclusiva empregadora.

8.1.2 - Confiar a execução dos serviços objeto do **CONTRATO** a profissionais idôneos e devidamente habilitados.

8.1.3 - Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite a legislação sobre Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, Meio Ambiente e sua regulamentação, bem como as disciplinas, regulamentos e normas da **CONTRATANTE** e dos órgãos policiais competentes, em vigor, na execução dos serviços de sua responsabilidade.

8.1.4 - Verificar todas as informações recebidas visando a perfeita avaliação do escopo de serviços, solicitando esclarecimentos à **CONTRATANTE** sobre eventuais omissões que venham a ocorrer.

8.1.5 - Responsabilizar-se pelos seguros em geral (pessoal, equipamentos de sua propriedade), bem como pelas despesas relativas à execução dos serviços.

8.1.6 - Providenciar às suas expensas, a contratação dos seguros necessários ao cumprimento do **CONTRATO** e da legislação em vigor, destinados à cobertura de seus bens, seu pessoal e da responsabilidade civil por danos que venham a ser causados a terceiros e/ou à **CONTRATANTE**.

8.1.7 - Manter a **CONTRATANTE** livre e a salvo de toda e qualquer reclamação de indenização por perdas e danos e/ou prejuízos de qualquer natureza, que tenha sofrido ou causado a terceiros em decorrência do presente **CONTRATO**, respondendo inclusive civil e criminalmente, independentemente de haver ou não contratados seguros adequados e suficientes para tais circunstâncias.

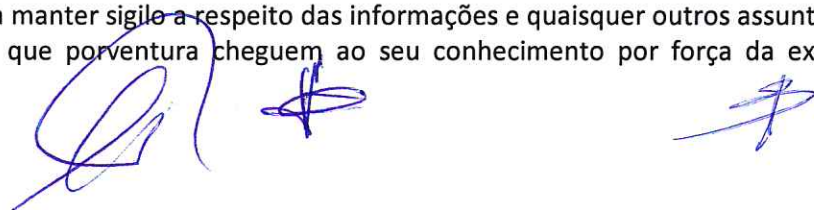
8.1.8 - Renunciar por si e obrigar-se a obter de seus seguradores a renúncia expressa a todo qualquer direito de sub-rogação contra a **CONTRATANTE** em decorrência dos serviços executados, objeto do **CONTRATO**.

8.1.9 - Pagar quaisquer adicionais que sejam ou venham a ser devidos ao seu pessoal, sendo considerada para todos os efeitos a única empregadora.

8.1.10 - Preservar e manter a **CONTRATANTE** a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou de seus fornecedores.

8.1.11 - Não divulgar e nem fornecer, sob as penas da Lei, informações e dados referentes aos serviços ora contratados, a menos que expressamente autorizados pela **CONTRATANTE**, observando-se o disposto na sua norma interna de classificação de documentos e na sua política de segurança da informação.

8.1.12 - Instruir seu empregado a manter sigilo a respeito das informações e quaisquer outros assuntos ligados a documentos e seus conteúdos, que porventura cheguem ao seu conhecimento por força da execução dos serviços.



OBJETO: SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE INTERLIGAÇÃO DAS REDES INTERNAS DE GÁS DO CONDOMÍNIO PARQUE NOVA COLINA ATÉ O CRM DA POTIGÁS

8.1.13 - Cumprir as determinações contidas no **CONTRATO** e em todos os seus anexos, responsabilizando-se pelos efeitos decorrentes da inobservância e/ou infração do presente instrumento, bem como das leis, regulamentos ou posturas em vigor.

8.1.14 - Responsabilizar-se pelo ressarcimento de qualquer dano ou prejuízo que causar, por ação ou omissão, à **CONTRATANTE** ou a terceiros.

8.1.15 - Responsabilizar-se pelas indenizações ou reclamações oriundas de erros ou imperícia praticados na execução dos serviços contratados.

8.1.16 - Responsabilizar-se pelas infrações que cometer quanto ao direito de uso de materiais, equipamentos protegidos por marcas ou patentes, respondendo neste caso, civil e criminalmente, por quaisquer indenizações, taxas ou comissões que forem devidas, bem como por quaisquer reclamações resultantes do mau uso que deles fizer.

8.1.17 - Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo, conforme prevê o inciso IX, do artigo 69, da Lei Federal nº 13.303/2016.

8.1.18 - Promover a divulgação, a todos os seus empregados vinculados ao **CONTRATO**, dos benefícios e das normas que o regem.

8.1.19 - Não empregar, na execução das atividades relacionadas com a execução do **CONTRATO**, mão-de-obra infantil, nos termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição da República vigente, bem como envia esforços para que a referida medida seja adotada nos contratos firmados com os fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços.

8.1.20 - Avaliar e se manifestar quanto as eventuais modificações das quantidades ora contratadas, propostas pela **CONTRATANTE**, que não importem em variação do preço que será contratado, salvo nos casos previstos no artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016, quando for o caso.

8.1.21 - Elaborar seu planejamento, programando os recursos de mão-de-obra, materiais e utilidades necessários à execução dos serviços, dentro dos prazos estabelecidos no **CONTRATO**.

8.1.22 - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, de seguro de acidentes, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes às prestações dos serviços objeto do **CONTRATO**.

8.1.23 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a **CONTRATANTE** ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

8.1.24 - Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), quaisquer erros, omissões, incorreções ou discrepâncias porventura encontradas pela **CONTRATADA** no **CONTRATO** ou em seus anexos, a fim de que sejam corrigidos.

8.1.24.1 - Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

8.1.25 - Executar os serviços em conformidade com o prazo e condições estabelecidas no **CONTRATO** e em seus anexos.



OBJETO: SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE INTERLIGAÇÃO DAS REDES INTERNAS DE GÁS DO CONDOMÍNIO PARQUE NOVA COLINA ATÉ O CRM DA POTIGÁS

8.1.26 - Realizar sem ônus adicionais para a **CONTRATANTE**, todos os serviços necessários à correção de quaisquer falhas ou deficiências que forem consideradas de sua responsabilidade, nos termos do **CONTRATO**.

8.1.27 - Respeitar as Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas a e os Procedimentos Operacionais da **CONTRATANTE**, podendo a atividade ser suspensa em caso da inobservância das mesmas, sem prejuízo para a **CONTRATANTE**.

8.1.28 - Fornecer todos os recursos necessários (mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, equipamentos, transporte e instrumentos especiais), bem como equipamentos relativos a segurança do trabalho.

8.1.28.1 - Prover seus empregados de equipamentos de proteção individual adequados à execução dos serviços objeto da contratação dentro dos padrões exigidos pela Segurança do Trabalho.

8.1.29 - Cumprir as Normas de Segurança da Informação da POTIGÁS, bem como os Procedimentos, Políticas, Diretrizes de TI da POTIGÁS.

8.1.30 - Utilizar profissionais especializados para realizar os serviços, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou fora do horário de expediente, ou nos finais de semana a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, de modo a não interromper ou prejudicar as atividades da **CONTRATANTE**.

8.1.31 - Apresentar os funcionários identificados por crachá com foto recente e devidamente uniformizados dentro dos padrões exigidos pela Segurança do Trabalho.

8.1.32 - Realizar o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive emolumentos e seguros, ficando excluída qualquer solidariedade da **CONTRATANTE** por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da **CONTRATADA** não se transfere à **CONTRATANTE**.

8.1.33 - Realizar acesso diário ao e-mail da empresa informado nos autos e confirmar, quando da abertura das mensagens eletrônicas, o recebimento das comunicações, notificações e solicitações enviadas eletronicamente pela **CONTRATANTE**.

8.1.34 - Manter representante específico e devidamente credenciado para responder pela direção dos serviços e/ou pela execução do **CONTRATO** perante a **CONTRATANTE**.

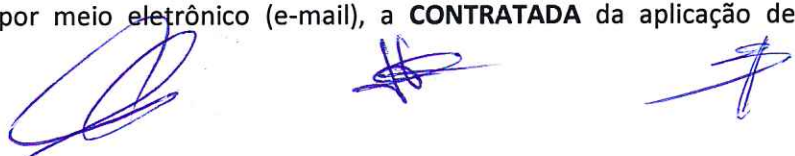
8.2 - São obrigações da **CONTRATANTE**, sem prejuízo das demais disposições inseridas no **CONTRATO** e daquelas constantes neste documento (**Anexo A do CONTRATO**):

8.2.1 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

8.2.2 - Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados no **CONTRATO** e em seus anexos.

8.2.3 - Notificar à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade constatada na prestação dos serviços, fixando-lhe prazos para corrigir os erros, defeitos ou irregularidades encontradas.

8.2.4 - Notificar, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), a **CONTRATADA** da aplicação de eventuais penalidades contratuais.



OBJETO: SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE INTERLIGAÇÃO DAS REDES INTERNAS DE GÁS DO CONDOMÍNIO PARQUE NOVA COLINA ATÉ O CRM DA POTIGÁS

8.2.5 - Nomear representante, dentre os seus empregados, para acompanhar, fiscalizar, certificar-se da conformidade do objeto a ser executado pela **CONTRATADA**, nos aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as irregularidades detectadas e comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

8.2.6 - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações do **CONTRATO** e seus anexos.

8.2.7 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2.8 - Exigir o cumprimento de todas as normas de segurança do trabalho para a prestação dos serviços e, em sendo o caso as normas da **CONTRATANTE**.

8.2.9 - Fornecer os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços objeto do presente contrato, salvo os cuja competência de fornecimento, segundo o **CONTRATO**, sejam da **CONTRATADA**.

8.2.10 - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da **CONTRATADA**.

8.2.11 - Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9 - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

9.1 - Os pagamentos serão efetuados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** por intermédio de depósito bancário, na conta corrente indicada pela **CONTRATADA** ou por intermédio de boleto bancário, **20 (vinte) dias corridos** após a entrega do material e/ou conclusão dos respectivos serviços ou fim do período de medição e recebimento dos respectivos documentos de cobrança pertinentes, observado o mês de competência.

9.1.1 - Caso a data de pagamento recaia sobre os dias **10, 20 ou 25** de determinado mês, o pagamento será efetuado no **primeiro dia útil seguinte**.


9.1.2 - Caso sejam constatadas irregularidades nos documentos de cobrança apresentados, o prazo para pagamento estabelecido será contado a partir da data da reapresentação, pela **CONTRATADA**, dos documentos de cobrança devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da execução do **CONTRATO**.

9.1.3 - A **CONTRATANTE** não receberá qualquer objeto desta contratação, que não esteja acompanhado do respectivo documento fiscal, na sua forma eletrônica, ou do respectivo **DANFE** (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica), devendo a **CONTRATADA** apresentar na entrega dos materiais, objeto do **CONTRATO**, o referido documento, bem como deverá enviar o arquivo XML relativo a NF-e (Nota Fiscal Eletrônica) para o endereço eletrônico xml.nfe@potigas.com.br.

9.1.4 - No caso de prestação de serviços, os documentos de cobrança, incluindo o documento fiscal, deverão ser apresentados na sua forma eletrônica, devendo ser enviados para o endereço eletrônico da FISCALIZAÇÃO ou entregues na Sede da **CONTRATANTE**, ao final da prestação dos serviços ou do período de medição.

9.1.5 - Nos documentos de cobrança emitidos pela **CONTRATADA**, além das informações legais e tributárias, deverão constar obrigatoriamente:



| | | |
|---|---|---|
|  | ANEXO I – PROJETO BÁSICO Página 7 de 18 | Identificação PB 01.33.A |
| | OBJETO: SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE INTERLIGAÇÃO DAS REDES INTERNAS DE GÁS DO CONDOMÍNIO PARQUE NOVA COLINA ATÉ O CRM DA POTIGÁS | |

9.1.5.1 - Instruções para pagamento e quitação, contendo os dados bancários relativos ao CNPJ da **CONTRATADA**, para crédito do valor correspondente;

9.1.5.2 - O número do respectivo **CONTRATO**, firmado com a **CONTRATANTE**, e da respectiva parcela e/ou período de medição, quando for o caso.

9.2 - A **CONTRATANTE** providenciará, diretamente pela internet ou através do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a emissão das certidões relacionadas abaixo, a fim de comprovar a regularidade da **CONTRATADA**, verificando as suas respectivas validades, ficando a cargo da **CONTRATADA** providenciar a emissão dessas certidões, diretamente nos órgãos competentes, caso a **CONTRATANTE** não obtenha êxito nesta operação:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- b) Certidão Negativa de DÉBITOS TRABALHISTAS (ou Positiva com Efeito de Negativa) perante a Justiça do Trabalho (CNDT) nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
- c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) quanto aos CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), e quanto à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), inclusive as CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- d) Certidão negativa dos tributos estaduais do Estado de origem;
- e) Certidão negativa dos tributos municipais da Sede da **CONTRATADA**.

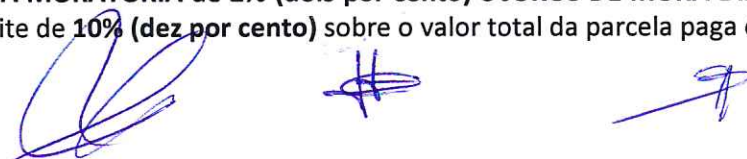
9.2.1 - A não apresentação dos documentos fiscais e certidões exigidas no **CONTRATO**, a não confirmação de autenticidade desses documentos ou o não atendimento de quaisquer cláusulas do **CONTRATO**, por parte da **CONTRATADA**, constituem motivo de rescisão e asseguram à **CONTRATANTE** o direito de aplicar as sanções previstas no instrumento contratual.


9.3 - À **CONTRATANTE** reserva-se o direito de suspender o(s) pagamento(s) devido(s) se os produtos forem entregues em desacordo com a especificações técnicas e quantidade descritas no **CONTRATO** e nos seus anexos, se a **CONTRATADA** não executar os serviços de acordo com o descrito neste **CONTRATO** e nos seus anexos, até que sejam atendidas as exigências formais feitas pela FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE**, sem que caiba à **CONTRATADA** aplicar qualquer penalidade (multas, juros de mora ou taxas) ou suspender o fornecimento dos produtos ou a execução dos serviços objeto do **CONTRATO**, em decorrência desses atrasos.

9.4 - Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com os documentos de cobrança pertinentes, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

9.5 - A **CONTRATANTE**, quando fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos da Lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente.

9.6 - O não pagamento dos documentos de cobrança apresentados pela **CONTRATADA**, sem justificativa, até a data do vencimento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido para tal, e esta não acate a justificativa da **CONTRATANTE**, sujeitará esta última, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ao pagamento do débito vencido, acrescido dos respectivos encargos financeiros, calculados levando-se em consideração **MULTA MORATÓRIA de 2% (dois por cento)** e **JUROS DE MORA DIÁRIOS de 0,2% (dois décimos por cento)**, até o limite de **10% (dez por cento)** sobre o valor total da parcela paga em atraso.



| | | |
|---|---|--|
|  | <p align="center">ANEXO I – PROJETO BÁSICO Página 8 de 18</p> | <p align="center">Identificação PB 01.33.A</p> |
| | <p align="center">OBJETO: SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE INTERLIGAÇÃO DAS REDES INTERNAS DE GÁS DO CONDOMÍNIO PARQUE NOVA COLINA ATÉ O CRM DA POTIGÁS</p> | |

9.7 - O pagamento efetuado pela **CONTRATANTE** não isenta a **CONTRATADA** de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

9.8 - Os serviços ora contratados serão remunerados de acordo com o orçamento gerado pelas ordens de serviços emitidas pela **CONTRATANTE**, quando aplicável, e a medição do que foi executado tomando como referência os preços unitários constantes no Anexo II – Planilha de Preços Unitários (PPU) do **CONTRATO**.

9.9 - Caso a **CONTRATADA** esteja enquadrada no Programa de Desoneração da Folha de Pagamento, em vigor a partir janeiro de 2014, por força da Lei 12.844/2013, que alterou o art. 7º, inciso IV da Lei 12.546/2011, tal situação pela opção tributária deve ser confirmada pela **CONTRATADA**.

9.10 - A **CONTRATANTE** poderá deduzir dos valores a serem pagos a **CONTRATADA**:

- a) As quantias devidas pela **CONTRATADA** a qualquer título;
- b) O valor das multas porventura aplicadas pela **CONTRATANTE**, em decorrência de inadimplemento do **CONTRATO**;
- c) O valor dos prejuízos causados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** e/ou, o valor do reembolso de pagamentos feitos pela **CONTRATANTE** a terceiros, decorrentes de indenizações ou demais obrigações judiciais e/ou extrajudiciais, cuja responsabilidade couber exclusivamente a **CONTRATADA**;
- d) O valor dos custos referentes à inspeção não produtiva;
- e) O equivalente aos valores das causas por ventura intentadas contra a **CONTRATANTE**, decorrentes das relações trabalhistas e/ou cíveis, cuja responsabilidade couber exclusivamente a **CONTRATADA**, devendo tais valores ser liberados em favor da **CONTRATADA**, mediante comprovação da exclusão da responsabilidade, seja solidária ou subsidiária, imputada à **CONTRATANTE**.

10 - DA VIGÊNCIA

10.1 - A vigência do **CONTRATO** será de **04 (quatro) meses**, contados a partir da sua data de assinatura, podendo este prazo ser prorrogado, mediante termo de aditamento contratual, firmado entre as partes, condicionada esta prorrogação à avaliação dos serviços prestados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.

11 - DO REAJUSTE DOS PREÇOS

11.1 - Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis pelo período de um ano, contados a partir da data limite para a apresentação das propostas.

11.2 - O preço consignado no **CONTRATO** poderá ser reajustado, mediante solicitação formal da **CONTRATADA**, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, com base na variação verificada no Índice Geral de Preços no Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2.1 - Somente após esse período é que haverá reajuste, para mais ou para menos, em função da variação dos elementos que compõem a fórmula de reajustamento abaixo:

$$PCR = PCI \{0,60(INPC/INPCo) + 0,40(INCC-DI/INCCo-DI)\}$$


Onde:

PCR = Preço contratual reajustado;

PCI = Preço contratual inicial;





| | | |
|---|--|--|
|  | <p align="center">ANEXO I – PROJETO BÁSICO Página 9 de 18</p> | <p align="center">Identificação PB 01.33.A</p> |
| <p align="center">OBJETO: SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE INTERLIGAÇÃO DAS REDES INTERNAS DE GÁS DO CONDOMÍNIO PARQUE NOVA COLINA ATÉ O CRM DA POTIGÁS</p> | | |

INPC = valor definitivo do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, correspondente ao mês imediatamente anterior ao mês em que for devido ao reajustamento;

INPCo = valor definitivo deste mesmo índice correspondente ao mês imediatamente anterior ao mês da proposta da CONTRATADA;

NOTA: A variação do índice "INPC", na fórmula de reajustamento, representará a variação da parcela do preço relativa a mão-de-obra, não cabendo, portanto, nenhuma reivindicação de revisão de preços por conta de acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho, eventualmente ocorridos a partir da apresentação da proposta e durante a vigência do Contrato.

INCC-DI = valor definitivo do Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, correspondente ao mês imediatamente anterior ao mês em que for devido ao reajustamento;

INCCo-DI = valor definitivo deste mesmo índice correspondente ao mês imediatamente anterior ao mês da proposta da CONTRATADA;

11.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano para a concessão do reajuste será contado a partir da data de produção dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4 - Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual vigorará e passará a ser praticado, pelo próximo período de um ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a vigência do **CONTRATO**.

11.5 - O direito aos reajustes não solicitados tempestivamente, pela **CONTRATADA**, sofrerá preclusão lógica em caso de prorrogação do prazo de vigência do Termo de Contrato ou do seu encerramento, inclusive quando por meio de rescisão, exceto quando ressalvado expressamente.

11.6 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.7 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.8 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

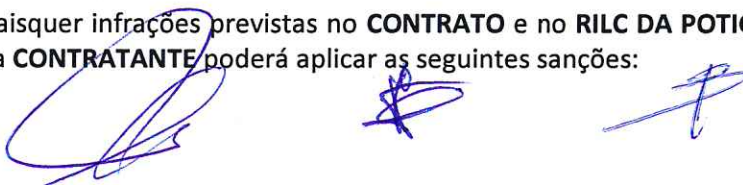
11.9 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.10 - O registro do reajustamento de preço em sentido estrito será formalizado por simples apostila.

11.11 - O fator final de reajustamento deverá ser aplicado com 4 (quatro) casas decimais, sem arredondamento.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas no **CONTRATO** e no **RILC DA POTIGÁS**, no seu artigo 236, garantida a prévia defesa, a **CONTRATANTE** poderá aplicar as seguintes sanções:



OBJETO: SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE INTERLIGAÇÃO DAS REDES INTERNAS DE GÁS DO CONDOMÍNIO PARQUE NOVA COLINA ATÉ O CRM DA POTIGÁS

I. ADVERTÊNCIA, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;

II. MULTA MORATÓRIA, na forma prevista no instrumento convocatório ou no **CONTRATO**;

III. MULTA COMPENSATÓRIA, na forma prevista no instrumento convocatório ou no **CONTRATO**; e

IV. SUSPENSÃO do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até **02 (dois) anos**.

PARÁGRAFO ÚNICO. As sanções previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

12.1.1 - À **CONTRATANTE** reserva-se o direito de aplicar a sanção correspondente à gravidade da respectiva infração.

12.2 - A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

§ 1º A aplicação da sanção do caput do item 12.2 importa na comunicação da advertência à **CONTRATADA**, devendo ocorrer o seu registro junto ao REGISTRO CADASTRAL da **CONTRATANTE**.

§ 2º A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

12.3 - A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

12.3.1 - Pelo não cumprimento dos prazos parciais a **CONTRATADA** estará sujeita a multa moratória de, **0,2% (dois décimos por cento)** do valor da parcela do objeto, emitida pela **CONTRATANTE**, por dia de atraso em relação ao prazo assumido pela **CONTRATADA** no documento em questão;

12.3.2 - Pelo não cumprimento de exigências da fiscalização, relacionadas, direta ou indiretamente, com a execução dos serviços contratados, a **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes multas, limitadas a **10% (dez por cento)** do valor do **CONTRATO**:

a) Pela primeira vez, **0,2% (dois décimos por cento)** do valor total do **CONTRATO**, por dia de atraso no cumprimento de exigência da fiscalização, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nos demais cláusulas do **CONTRATO**;


b) Pela segunda vez e subsequentes, **0,4% (quatro décimos por cento)** do valor total do **CONTRATO**, por dia de atraso no cumprimento de exigência da fiscalização, depois de esgotado o prazo por esta estabelecido, sem prejuízo do disposto nos demais cláusulas do **CONTRATO**.

12.4 - A **CONTRATADA** estará sujeita a multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO** em caso de descumprimento gravíssimo e reiterado das cláusulas contratuais e seus anexos, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis.

12.5 - Caso haja condenação judicial a adimplir as obrigações previdenciárias ou trabalhistas da **CONTRATADA** poderá ser aplicada a multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO**, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis e observando-se o devido processo legal.

12.6 - Em notificação escrita e sem prejuízo da faculdade de rescindir o respectivo **CONTRATO**, poderá a **CONTRATANTE** aplicar à **CONTRATADA** **MULTA COMPENSATÓRIA** de **100% (cem por cento)** do valor do débito eventualmente atribuído à **CONTRATANTE**, em razão do inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias da **CONTRATADA**.



| | | |
|---|---|--|
|  | <p align="center">ANEXO I – PROJETO BÁSICO Página 11 de 18</p> | <p align="center">Identificação PB 01.33.A</p> |
| <p align="center">OBJETO: SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE INTERLIGAÇÃO DAS REDES INTERNAS DE GÁS DO CONDOMÍNIO PARQUE NOVA COLINA ATÉ O CRM DA POTIGÁS</p> | | |

PARÁGRAFO ÚNICO. O não pagamento da multa pela **CONTRATADA**, importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até 02 (dois) anos.

12.7 - Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado danos à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

§ 1º Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

§ 2º O prazo da sanção a que se refere o parágrafo anterior terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte.

§ 3º A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de REGISTRO CADASTRAL, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

§ 4º Caso a sanção de que trata o item 12.7 for aplicada no curso da vigência do **CONTRATO**, a **CONTRATANTE** poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada à **CONTRATADA**, ou mantê-lo vigente.

§ 5º A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até **02 (dois) anos** a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

12.8 - Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

I. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados;

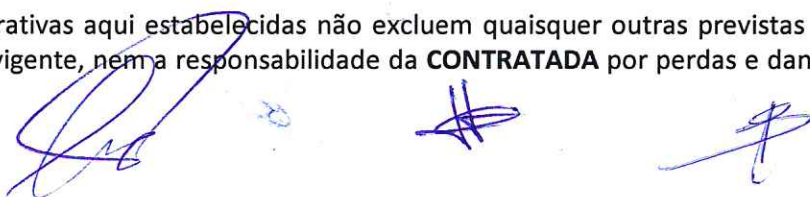
IV. Tenham praticados os atos previstos no Artigo 236 do **RILC DA POTIGÁS**.

12.9 - A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por até **02 (dois) anos** será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.10 - As **MULTAS** aplicadas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, serão descontadas de qualquer documento de cobrança já em processamento na **CONTRATANTE** e dos que se seguirem, se for necessário, reservando-se a esta última o direito de utilizar o meio adequado à cobrança e/ou a liquidação do respectivo débito.

12.10.1 - As **MULTAS** aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas da garantia da **CONTRATADA**, quando houver. Caso a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, conforme estabelecido no **§2º e §3º do artigo 82 da Lei Federal nº 13.303/2016**.

12.11 - As sanções administrativas aqui estabelecidas não excluem quaisquer outras previstas no **CONTRATO**, seus anexos e na legislação vigente, nem a responsabilidade da **CONTRATADA** por perdas e danos que causar à



OBJETO: SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE INTERLIGAÇÃO DAS REDES INTERNAS DE GÁS DO CONDOMÍNIO PARQUE NOVA COLINA ATÉ O CRM DA POTIGÁS

CONTRATANTE, em consequência do inadimplemento das condições aqui firmadas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

12.12 - As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório, observando-se o disposto na **Seção XVI – Do Procedimento para Aplicação de Sanções do RILC da POTIGÁS**.

13 - DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

13.1 - A **CONTRATADA** é a única e exclusiva responsável pela execução do **CONTRATO**. Logo, à **CONTRATANTE** reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa **FISCALIZAÇÃO**, de forma direta ou por intermédio de empregados aqui designados, especificamente para este fim, conforme **Seção XII – Da Gestão e Fiscalização dos Contratos do RILC da POTIGÁS**, garantindo o cumprimento de seus procedimentos para sua satisfação.

13.2 - A fiscalização será exercida por colaboradores, devidamente nomeados pela **CONTRATANTE**, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do **CONTRATO**, de tudo dando ciência à **CONTRATADA**, recusando os materiais/serviços que não estejam de acordo com as normas, especificações e técnicas contratadas.

13.3 - A fiscalização será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência de fatos dessa espécie não implicará em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

13.4 - Quaisquer exigências da fiscalização deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**.

13.5 - A ausência ou omissão da fiscalização da **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas no **CONTRATO**.

13.6 - Sem prejuízo da plena responsabilidade da **CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE** ou a terceiros, os serviços estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, em todos os locais, e a presença da fiscalização não diminuirá a responsabilidade da **CONTRATADA**, por quaisquer irregularidades ou resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, não implicando corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou do servidor designado para a fiscalização.

13.7 - A fiscalização poderá sustar, recusar e mandar refazer quaisquer serviços, com ou sem o fornecimento de materiais ou peças, desde que não estejam de acordo com as normas, as técnicas usuais e as especificações técnicas descritas no **CONTRATO** e em seus anexos, determinando prazo compatível para a correção de possíveis falhas ou substituições de peças inadequadas.

13.8 - A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do **CONTRATO** em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

13.9 - A fiscalização deverá conferir relatórios de assistência técnica ou manutenção dos serviços executados pela **CONTRATADA**, por ocasião da entrega das Notas Fiscais ou Faturas, e atestar a prestação dos serviços, quando executados satisfatoriamente, para fins de pagamento.

13.10 - A fiscalização poderá solicitar justificadamente a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA** que comprometa a perfeita execução dos serviços, que crie obstáculos à fiscalização, que não corresponda às



OBJETO: SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE INTERLIGAÇÃO DAS REDES INTERNAS DE GÁS DO CONDOMÍNIO PARQUE NOVA COLINA ATÉ O CRM DA POTIGÁS

técnicas ou às exigências disciplinares da **CONTRATANTE**, ou aquele cujo comportamento ou capacidade técnica a fiscalização julgue impróprio para a execução dos serviços.

13.11 - É facultado a **CONTRATANTE**, por meio da fiscalização do **CONTRATO**, a qualquer tempo, a realização de inspeções e diligências, objetivando o acompanhamento e avaliação técnica da execução dos serviços contratados.

13.12 - Os materiais, objeto do **CONTRATO**, entregues pela **CONTRATADA**, deverão ser conferidos pela FISCALIZAÇÃO, verificando se os prazos de fornecimento, valores, especificações técnicas e as quantidades estão de acordo com a respectiva AF, com o citado **CONTRATO** e com a respectiva Nota Fiscal.

13.12.1 - Caso os materiais sejam entregues com atraso pela **CONTRATADA**, a fiscalização deverá aplicar as sanções administrativas, estabelecidas no **CONTRATO**.

13.13 - À fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes neste documento, da proposta da empresa e das cláusulas do **CONTRATO**.

13.14 - As decisões e providências sugeridas pela **CONTRATADA** ou julgadas imprescindíveis, e que ultrapassem a competência da fiscalização, deverão ser encaminhadas à autoridade superior, para a adoção das medidas convenientes.

13.15 - O **GESTOR** e os respectivos **FISCAIS** ficam automaticamente designados no **CONTRATO**, conforme ATRIBUIÇÕES DA FISCALIZAÇÃO descritas no presente documento, no instrumento contratual e seus anexos, no CAPÍTULO VIII do **RILC** da **POTIGÁS**, bem como na Instrução de Trabalho da Companhia IT-001-23-0.

14 - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DO CONTRATO

14.1 - A medição dos serviços contratados será de acordo com os serviços prestados e conforme quantitativos e valores contratados, apurados pela FISCALIZAÇÃO do respectivo **CONTRATO**, conforme diretrizes contidas no **CONTRATO** e seus anexos.

14.2 - A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal de serviços, juntamente com os documentos relacionados no item 9.2 da Cláusula Nona (DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO), devidamente válidos, para instrução do processo de cada medição.

15 - DA MATRIZ DE RISCOS

15.1 - Nos termos do art. 69, inciso X, combinado com art. 42, inciso X da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, aplica-se ao **CONTRATO** vinculado a este Projeto Básico os seguintes riscos e responsabilidades entre as partes, caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do respectivo **CONTRATO**, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

15.1.1 - A seguir é apresentado a listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do **CONTRATO**, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença e a previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo, quando de sua ocorrência:


| Tipo de risco | Motivo | S | P | R | Ações Mitigadoras | Responsabilidade | |
|---------------------------------|---|---|---|---|---|------------------|-------------|
| | | | | | | Contratada | Contratante |
| Aumento no custo da mão de obra | Reajustes salariais para recomposição da inflação; Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) para a categoria | 1 | 3 | 4 | Acompanhar a política de reajuste salarial publicada pelo governo e o ACT da categoria. | | X |

OBJETO: SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE INTERLIGAÇÃO DAS REDES INTERNAS DE GÁS DO CONDOMÍNIO PARQUE NOVA COLINA ATÉ O CRM DA POTIGÁS

| | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|--|---|---|
| Aumento no custo de materiais | Reajustes de preços de fornecedores materiais e equipamentos | 1 | 2 | 3 | Acompanhar a flutuação de preços praticados por fornecedores | X | |
| Custos por ações judiciais movidas por terceiros | Ações judiciais movidas por terceiros por questões trabalhistas, previdenciárias e outras | 2 | 1 | 3 | Manter-se adequado às normas que regem as atividades trabalhistas, previdenciárias, civis e outras | X | |
| Paralisação injustificada do serviço | Não atendimento aos padrões e normas que regem o setor | 3 | 1 | 4 | Adotar procedimentos e manter-se adequado às normas que regem o setor | X | |
| Aplicação de sanções por órgãos de fiscalização | Não observação de normas e procedimentos, que implique sanções por órgãos de fiscalização | 2 | 1 | 3 | Adotar procedimentos e manter-se adequado às normas que regem o setor | X | |
| Atraso no pagamento do Boletim de Medição | Ausência de fiscal substituto; Problemas no fluxo de caixa da POTIGÁS | 2 | 2 | 4 | Nomear o fiscal substituto, gerente do contrato e acompanhar o fluxo de caixa | | X |
| Acidente de trabalho pela equipe de execução | Não observação de normas e procedimentos de segurança | 2 | 3 | 5 | Adotar procedimentos e manter-se adequado às normas que regem o setor | X | |
| Acidente com danos materiais a terceiros | Não observação de normas e procedimentos | 2 | 2 | 4 | Adotar procedimentos e manter-se adequado às normas que regem o setor | X | |
| Atraso para atendimento aos clientes | Falta ou falha na programação do planejamento de atendimento aos chamados dos clientes | 3 | 3 | 6 | Manter atualizados o planejamento dos atendimentos em conjunto com a Fiscalização do contrato | X | |
| Falta de matérias e insumos | Falta ou falha no planejamento de estoques | 1 | 2 | 3 | Manter atualizado o planejamento da execução dos serviços x estoque em conjunto com a Fiscalização do contrato | X | |
| Aumento do custo por retrabalho | Falha de equipamentos, material ou inobservância de procedimentos | 1 | 3 | 4 | Adotar procedimentos e manter-se adequado às normas que regem o setor | X | |

| SEVERIDADE / PROBABILIDADE | BAIXA (1) | MÉDIA (2) | ALTA (3) |
|----------------------------|--------------------|-----------------------|-----------------------|
| Baixa (1) | Risco trivial (2) | Risco tolerado (3) | Risco moderado (4) |
| Média (2) | Risco tolerado (3) | Risco moderado (4) | Risco substancial (5) |
| Alta (3) | Risco moderado (4) | Risco substancial (5) | Risco intolerável (6) |

| NÍVEL DE RISCO | AÇÃO |
|---------------------------|---|
| Trivial / Importância 2 | Risco com pouco impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato, facilmente corrigido por ações da parte responsável. |
| Tolerável / Importância 3 | Risco com baixo impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Pode-se considerar uma solução mais econômica ou melhorias que não importam custos extras. A monitorização é necessária para assegurar que os controles são mantidos e continuam eficazes, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco. |
| Moderado / Importância 4 | Risco com médio impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Devem ser feitos esforços para reduzir o risco, mas os custos de prevenção devem ser cuidadosamente medidos e |

| | | |
|---|---|---|
|  | ANEXO I – PROJETO BÁSICO Página 15 de 18 | Identificação PB 01.33.A |
| | OBJETO: SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE INTERLIGAÇÃO DAS REDES INTERNAS DE GÁS DO CONDOMÍNIO PARQUE NOVA COLINA ATÉ O CRM DA POTIGÁS | |

| | |
|------------------------------------|--|
| | limitados. As medidas de redução de risco devem ser implementadas dentro do período de tempo definido para o contrato. Quando o risco moderado é associado a severidade alta, uma avaliação posterior pode ser necessária, a fim de estabelecer mais precisamente a probabilidade do dano, como uma base para determinar a necessidade de medidas de controle aperfeiçoadas, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco. |
| Substancial / Importância 5 | Risco com grande impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Recursos poderão ter de ser alocados para reduzir o risco, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco. |
| Intolerável / Importância 6 | Risco iminente e com grande impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Recursos consideráveis poderão ter de ser alocados para reduzir o risco, considerada a responsabilidade da parte definida na Matriz de Risco. |

16 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

16.1 - A proposta deverá ser apresentada, com os preços ajustados ao menor valor negociado, com todas as folhas rubricadas, devendo a última folha vir assinada pelo representante legal do fornecedor citado na documentação de habilitação, em linguagem clara e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com as especificações técnicas, quantitativos dos serviços.

16.1.1. A proposta comercial deverá ser ajustada em relação a cada item, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação pelo fornecedor arrematante.

17 - DA GARANTIA CONTRATUAL

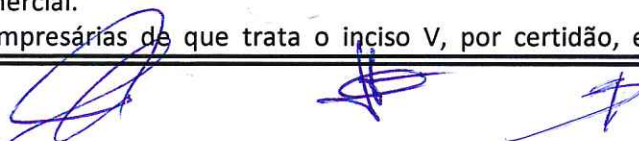
17.1 - Não será exigida da **CONTRATADA** a apresentação de garantia de cumprimento das obrigações contratuais.

18 – DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS

18.1 - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

18.1.1 - O fornecedor detentor da melhor proposta deverá apresentar antes da assinatura do respectivo instrumento contratual hábil, sob pena de desclassificação do presente processo de contratação, os seguintes documentos, para fins de habilitação:

| DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO |
|---|
| QUALIFICAÇÃO JURÍDICA: I - Cédula de identidade oficial, Cartão PIS/PASEP e Comprovante de residência, no caso de pessoa física; II - Registro na Junta Comercial do domicílio ou sede do fornecedor, no caso de sociedade empresária; III - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e respectivas alterações se houver, devidamente registrado (s) na Junta Comercial, do domicílio ou sede do fornecedor; IV - Em se tratando de sociedades por ações e sociedades empresárias que elejam seus administradores em atos apartados, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição, devidamente registrada na Junta Comercial, do domicílio ou sede do fornecedor; V - Inscrição do ato constitutivo, no registro competente, no caso de sociedades não empresárias, acompanhado de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício. § 1º As provas de que tratam os incisos II, III e IV poderão ser feitas mediante apresentação de certidão simplificada expedida pela Junta Comercial. § 2º No caso de sociedades não empresárias de que trata o inciso V, por certidão, em breve relatório, |



OBJETO: SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE INTERLIGAÇÃO DAS REDES INTERNAS DE GÁS DO CONDOMÍNIO PARQUE NOVA COLINA ATÉ O CRM DA POTIGÁS

expedida pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF) ou do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- II - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta contratação;
- III - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- IV - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado do domicílio ou sede do LICITANTE;
- V - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de Débitos Mobiliários emitida pela Secretaria da Fazenda do Município do domicílio ou sede do fornecedor;
- VI - Prova de regularidade de situação relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF);
- VII - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei Federal nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

- I - Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, conforme disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- I - Apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último Exercício Social registrado no órgão competente, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira do fornecedor, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
 - II - Certidão Negativa de falência e/ou recuperação judicial, emitida pelo Cartório distribuidor da sede do fornecedor ou pelo Tribunal de Justiça, com data de expedição inferior a 90 (noventa) dias, da data de apresentação dos Documentos de Habilitação e das Propostas, caso no documento não conste o prazo de validade.
- § 1º Empresas em recuperação judicial poderão participar da presente contratação, desde que, para tanto, comprovem mediante a apresentação de certidão judicial específica, o seu regular cumprimento, e atenda aos requisitos do instrumento convocatório.
- § 2º As empresas com menos de 01 (um) ano de existência, que ainda não tenham balanço de final de exercício, deverão apresentar Demonstrações Contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência, obedecidos os aspectos legais e formais de sua elaboração.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- I - Atestados ou Declarações de capacidade técnica em nome da empresa, expedido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, comprovando a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação.

A Empresa licitante deverá comprovar quando da licitação os seguintes requisitos:

- a) Prova de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), da jurisdição da

OBJETO: SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE INTERLIGAÇÃO DAS REDES INTERNAS DE GÁS DO CONDOMÍNIO PARQUE NOVA COLINA ATÉ O CRM DA POTIGÁS

sede do licitante;

b) O documento acima, deverá ser identificada a sua competência para o exercício de atividades relacionadas ao objeto deste.

c) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, mediante apresentação de atestado (s) de capacidade técnico-operacional de execução de serviço de construção de rede de gás em quantidade mínima de 200 (duzentos) metros, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços similar ao objeto desta licitação em características, quantidades e prazos de execução;

NOTA: No caso de o licitante vencedor ter a sua sede fora do Estado do Rio Grande do Norte, deverá providenciar também, após assinatura do contrato, o registro de inscrição no CREA/RN e cumprir demais formalidades que este órgão solicitar, sem as quais a POTIGÁS não autorizará a **CONTRATADA** executar quaisquer serviços.

d) Comprovação de capacidade técnico-profissional mediante indicação que o licitante possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior em engenharia mecânica ou civil, qualificado e habilitado, devidamente reconhecido pelo CREA, detentor de atestado com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), de execução de serviços de construção de rede de gás, similar ao objeto desta licitação, em características, quantidades e prazos, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA da jurisdição em que foi realizado o serviço;

NOTA: Este (s) atestado (s) deverá (ao) ser emitido (s) em papel timbrado, assinado (s) pelo representante (s) legal (ais) da (s) empresa (s) declarante (s), ou por quem detenha poderes através de procuração para representá-lo. A POTIGÁS poderá diligenciar para confirmar a autenticidade da declaração e a qualidade de representante legal do signatário.

e) O profissional, cujo acervo técnico será apresentado pela empresa, deverá pertencer ao seu quadro permanente, ou seja: empregado (com cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrado na SRT ou, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social), sócio (com cópia do contrato social devidamente registrado no órgão competente CREA), diretor (com cópia do contrato social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima) ou profissional mediante a apresentação de contrato de prestação de serviços com o licitante. Tal profissional deverá ser o responsável técnico do contrato, junto ao CREA. Para manutenção das condições de habilitação, esse profissional deverá permanecer na empresa durante a execução de todo o objeto da licitação, admitindo-se a sua substituição por outro profissional de qualificação equivalente ou superior, desde que previamente aprovado pela POTIGÁS;

f) No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.

18.2 - DA VISITA TÉCNICA

18.2.1 - A **VISITA TÉCNICA** é **FACULTATIVA** e a licitante deverá realizá-la no local onde serão prestados os serviços objeto deste documento, até **01 (um) dia** útil antes da data de abertura das propostas, devendo ser agendada junto a área técnica demandante da **CONTRATANTE**, com Sede na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), por intermédio do telefone (84) 3204-8500, nos dias úteis, de 8:30 às 11:00 horas e de 13:30 às 16:00 horas.



OBJETO: SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE INTERLIGAÇÃO DAS REDES INTERNAS DE GÁS DO CONDOMÍNIO PARQUE NOVA COLINA ATÉ O CRM DA POTIGÁS

18.2.2 - A **VISITA TÉCNICA** representará a oportunidade para as licitantes interessadas conhecerem as características, especificações, condições especiais e/ou dificuldades que possam interferir na execução dos serviços, além de fazerem todos os questionamentos e solicitações técnicas que acharem necessários para elaboração de suas propostas comerciais. Assim sendo, a licitante que venha a ser CONTRATADA, caso não tenha realizado a referida **VISITA TÉCNICA**, não poderá deixar de realizar o serviço nos termos e condições pactuadas, sob a alegação de não ter tido ciência de tais condições.

18.2.2.1 - A licitante, que não realizar a **VISITA TÉCNICA**, não poderá alegar o desconhecimento de dificuldades, características ou obstáculos para a realização dos serviços, como justificativa para acréscimos de preços e prazos.

18.2.3 - Caso a licitante realize a **VISITA TÉCNICA** a **Declaração de Vistoria** será expedida e assinada pela POTIGÁS, bem como assinada por representante legal da licitante que vistoriou as instalações, comprovando estar ciente das informações técnicas e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação, devendo a citada declaração ficar em poder da empresa interessada para apresentação juntamente com os documentos de Habilitação, quando da realização do respectivo Certame.

18.2.4 - A vistoria deverá ser realizada por representante legal da licitante, admitida a delegação por procuração.

18.2.4.1 - O Responsável Técnico ou Representante Legal da empresa interessada deverá apresentar-se munido de documento de identificação, bem como documento que comprove possuir poderes para representá-la.

18.2.5 - A falta de apresentação da **Declaração de Vistoria** não se constitui motivo de desclassificação da proposta ou inabilitação da licitante.

19 - DOS ANEXOS

19.1 - Os documentos que ficam anexados ao presente PROJETO BÁSICO, assim enumerados:

ANEXO A - Memorial Descritivo

ANEXO B - Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde

ANEXO C - Critérios de Medição

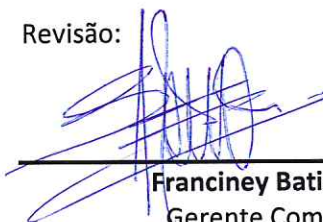
Natal/RN, 24 de janeiro de 2022.

Elaboração:




Josimar Pereira de Sousa
Engenheiro (GCOM)

Revisão:



Franciney Batista de Souza
Gerente Comercial (GCOM)

| | | |
|---|--|---|
|  <p>POTIGÁS COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS</p> | <p align="center">MEMORIAL DESCRITIVO</p> <p align="center">INTERLIGAÇÃO DAS REDES INTERNAS DE GÁS DO CONDOMÍNIO PARQUE NOVA COLINA</p> <p align="center">Anexo A</p> | <p align="center">GCOM</p> <hr/> <p align="center">Página 1 de 4</p> |
|---|--|---|

1. OBJETO

O presente memorial descritivo tem por finalidade definir e estabelecer os critérios do escopo dos serviços de responsabilidade da CONTRATADA para execução dos serviços de interligação das Redes Internas de Gás das 12 (doze) Torres com instalação de Válvulas de Bloqueio por Torre do Condomínio Parque Nova Colina até o CRM da POTIGÁS, devidamente testada e registrada no CREA/RN.

2. ESCOPO GERAL DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços, objeto deste memorial descritivo, constarão basicamente de:

2.1.1. Execução do serviço de interligação das Redes Internas de Gás das 12 (doze) Torres do Condomínio Parque Nova Colina até o CRM da POTIGÁS;

2.1.2. Instalação de 12 (doze) Válvulas de Bloqueios na Rede Interna de Gás a até 2 (dois) metros da entrada de cada Torre/Bloco, protegida e em local de fácil acesso;

2.2. As especificações técnicas não relacionadas neste documento, no caso da CONTRATADA considerá-las pertinentes ao desenvolvimento e execução dos serviços, devem ser apresentadas à POTIGÁS para avaliação e/ou aprovação.

2.3. Para a realização dos serviços apresentados nesse memorial descritivo, algumas obrigações e responsabilidades caberão à CONTRATADA e à POTIGÁS, sendo estabelecidas nesse memorial descritivo e nos demais documentos do contrato.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. VISTORIA PRÉVIA DO LOCAL

3.1.1. Os serviços de vistoria prévia deverão ser programados e agendados previamente com o Condomínio Parque Nova Colina, sendo a programação de acordo com a ordem de serviço (OS) fornecida pela POTIGÁS a CONTRATADA.

3.1.2. Os dados obtidos na vistoria prévia abrangerão as necessidades de adequações civis, elétricas e mecânicas necessárias à perfeita execução dos serviços, a fim de evitar problemas durante a utilização, relacionando as adequações necessárias no ambiente visando o atendimento as normas técnicas em vigor.


3.2. EXECUÇÃO

3.2.1. Deverá ser utilizado na tubulação da rede interna de gás o tubo multicamada flexível PEX-Alumínio de 32 mm com os seus respectivos conexões e acessórios.

3.2.2. Nos casos de tubulação enterrada, deve-se observar as Normas vigentes, sendo as mesmas de acordo:

- a. 30 (trinta) cm de profundidade a partir da parte superior do tubo em locais não sujeitos a tráfego de veículos, em zonas ajardinadas ou sujeitas a escavações. Quando houver a utilização de conexões em instalações enterradas, deve-se aplicar a fita anticorrosiva
- b. 50 (cinquenta) cm de profundidade a partir da geratriz superior do tubo em locais sujeitos a tráfego de veículos. Providenciar uma laje de proteção, envolver o tubo em jaqueta de concreto ou utilizar tubo



| | | |
|---|--|---|
|  POTIGÁS <small>COMPANHIA POTIGUARA DE GÁS</small> | MEMORIAL DESCRITIVO INTERLIGAÇÃO DAS REDES INTERNAS DE GÁS DO CONDOMÍNIO PARQUE NOVA COLINA Anexo A | GCOM Página 2 de 4 |
|---|--|---|

luva de alta resistência mecânica no trecho onde existir possibilidade de tráfego. Quando houver a utilização de conexões em instalações enterradas, deve-se aplicar a fita anticorrosiva

3.2.3. O Ensaio de Estanqueidade deverá ser realizado conforme a norma NBR 15.526.

3.2.4. O serviço se concretizará para efeito de fiscalização, com a colocação em carga de toda rede interna de gás, Ensaio de Estanqueidade Aprovado com emissão de Laudo e ART.

3.2.5. O Prazo de Execução será de 30 (trinta) dias a partir da liberação da OS pela POTIGÁS.

3.2.6. Os serviços e materiais deverão atender as normas referenciadas no item 5, deste.

3.2.7. Os serviços deverão ter sua execução programada com o Condomínio Parque Nova Colina de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas. Caso a CONTRATADA necessite executar trabalhos em dias e horários diferentes dos estabelecidos acima, deverá solicitar autorização ao Condomínio Parque Nova Colina, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis.

3.2.8. Deverá ser instalada 01 (uma) Válvula de Bloqueio Geral a até 2 (dois) metros do CRM e que esteja em local de fácil acesso.

3.2.9. Deverá ser instalada 12 (doze) Válvulas de Bloqueios a até 2 (dois) metros da entrada da rede interna nos Blocos para cada Torre/Bloco e que esteja em local de fácil acesso.

3.2.10. Os materiais e equipamentos retirados da rede interna deverão ser devolvidos ao Condomínio Parque Nova Colina.

3.2.11. Danos em equipamentos e/ou em qualquer outro bem da POTIGÁS e/ou do Condomínio Parque Nova Colina, causados pela CONTRATADA, por ocasião dos serviços, deverão ser devidamente reparados sob a responsabilidade da CONTRATADA referida reparação.

3.2.12. A CONTRATADA responderá, dentro do período de garantia dos serviços prestados, por quaisquer danos causados no ramal para interligação no qual tenha realizado serviços.

3.3. ENSAIO DE ESTANQUEIDADE E TESTE DE VAZAMENTO


3.3.1. Após a execução dos serviços, antes da colocação em carga do ramal de interligação, a CONTRATADA deve realizar a verificação da estanqueidade de toda extensão da Rede Interna de Gás através do Ensaio de Estanqueidade, sendo observado as especificações normativas.

3.3.2. Em qualquer situação, após a colocação em carga da Rede Interna de Gás, a CONTRATADA deve realizar a verificar a inexistência de vazamentos em todas as conexões, com o emprego do método de teste de bolha ou outro método equivalente para identificação das anormalidades.

4. FORNECIMENTO DE MATERIAIS

4.1. FORNECIMENTO PELA CONTRATADA

4.1.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e ferramentas de aplicação direta e indireta na execução dos serviços.

| | | |
|---|--|---|
|  | MEMORIAL DESCRITIVO INTERLIGAÇÃO DAS REDES INTERNAS DE GÁS DO CONDOMÍNIO PARQUE NOVA COLINA Anexo A | GCOM Página 3 de 4 |
|---|--|---|

4.1.2. A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos necessários à proteção individual e/ou coletiva dos seus empregados, específicos para as características dos trabalhos que serão executados, observando as diretrizes de SMS da POTIGÁS e a legislação vigente.

4.1.3. Todos os materiais deverão ser adquiridos pela CONTRATADA com certificados de qualidade expedidos pelos respectivos fabricantes, bem como submetidos aos ensaios tecnológicos previstos nas especificações técnicas ou determinados pela POTIGÁS.

4.1.4. A CONTRATADA será responsável pelo transporte e guarda dos materiais a serem aplicados nos serviços.

4.1.5. A CONTRATADA deverá manter um estoque mínimo de materiais, de seu fornecimento, que atenda as exigências do contrato.

4.1.6. A CONTRATADA será penalizada por qualquer dano ou atraso decorrente da falta de algum material de sua responsabilidade ou pela utilização de material inadequado, conforme contrato.

4.1.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar, para análise da fiscalização da POTIGÁS, os certificados de qualidade dos materiais adquiridos que foram ou serão utilizados no contrato.

5. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

A CONTRATADA deverá utilizar, todas as normas da ABNT e PROCEDIMENTOS TÉCNICOS da POTIGÁS para atendimento dos serviços objetos do presente contrato, detalhado neste Memorial Descritivo, em suas revisões mais recentes, não se limitando necessariamente aos documentos relacionados a seguir:

Norma ABNT NBR 16.821-1: Sistema de Tubulação multicamada para condução de gases combustíveis – Requisitos Gerais;

Norma ABNT NBR 10.582: Apresentação da folha para desenho técnico;

Norma ABNT NBR 10.068: Folha de desenho - Leiaute e dimensões;

Norma ABNT NBR 13.419: Mangueira de borracha para condução de gases GLP/GN;

Norma ABNT NBR 14.788: Válvulas de esfera – Requisitos;

Norma ABNT NBR 14.955: Tubo flexível de borracha para uso em instalações de GLP/GN – Requisitos e métodos de ensaios;

Norma ABNT NBR 15.526: Redes de distribuição interna de gases para combustíveis em instalações residenciais e comerciais – Projeto e execução;


Norma ABNT NBR 15.358: Rede de distribuição interna para gás combustível em instalações de uso não residencial de até 400 kPa — Projeto e execução;

Norma ABNT NBR 15.590: Regulador de pressão para gases combustíveis;

Norma ABNT NBR 15.923: Inspeção de rede de distribuição interna de gases combustíveis em instalações residenciais e instalação de aparelhos a gás para uso residencial – Procedimento.

6. CONSIDERAÇÕES GERAIS



| | | |
|--|--|----------------------|
|  POTIGÁS <small>COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS</small> | MEMORIAL DESCRITIVO INTERLIGAÇÃO DAS REDES INTERNAS DE GÁS DO CONDOMÍNIO PARQUE NOVA COLINA Anexo A | GCOM |
| | | Página 4 de 4 |

- 6.1. Todos os serviços a cargo da CONTRATADA deverão ser executados rigorosamente em atendimento às disposições e recomendações contidas neste memorial descritivo, bem como nos padrões e recomendações dos fabricantes e Normas Vigentes.
- 6.2. Quaisquer divergências encontradas entre os requisitos deste memorial descritivo, nas normas e procedimentos aplicáveis e nas recomendações dos fabricantes, deverão ser submetidas à apreciação da FISCALIZAÇÃO da POTIGÁS que determinará o critério a ser adotado.
- 6.3. A POTIGÁS reserva-se o direito de, a qualquer momento, visitar e fiscalizar os serviços em andamento e concluídos pela CONTRATADA, podendo sugerir ou fazer exigências relativas ao melhoramento dos serviços.
- 6.4. Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá, com base em sua experiência, suprir falhas e omissões que possam prejudicar ou impedir o perfeito funcionamento das obras e instalações executadas.
- 6.5. Todos os serviços descritos e ainda aqueles que, embora não descritos, sejam necessários para o cumprimento do escopo contratual, serão executados pela CONTRATADA, que, para iniciar os serviços, teve conhecimento global das condições dos serviços.
- 6.6. Os equipamentos, ferramental e veículos necessários aos serviços, deverão estar em bom estado de conservação, devendo a CONTRATADA ser responsável por seus abastecimentos, manutenções, fornecimento de peças, etc.
- 6.7. Antes da entrega dos serviços, deverão ser reparados pela CONTRATADA todos os defeitos e estragos verificados nas etapas acabadas, qualquer que seja a causa que os tenha produzido, ainda que estes reparos impliquem na renovação integral dos mesmos.

1. OBJETIVO

1.1. Estas exigências definem os deveres e as responsabilidades da CONTRATADA e estabelecem as orientações e procedimentos concernentes às atividades de Segurança, Proteção ao Meio Ambiente e Saúde Ocupacional (SMS), que devem ser cumpridas, com o objetivo de proteger pessoas, equipamentos e instalações do CLIENTE, CONTRATANTE e da CONTRATADA, e promover a preservação do Meio Ambiente e a aptidão ao trabalho dos seus empregados, em decorrência da execução dos serviços ora contratados.

2. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E COMPLEMENTARES

2.1. Além das exigências contidas neste, a CONTRATADA deve atender aos requisitos dos seguintes documentos:

- a) Aspectos de Segurança, Proteção ao Meio Ambiente e Saúde Ocupacional constante da Constituição Federal, Leis, Decretos, Portarias, Normas Regulamentadoras, Instruções Normativas e Resoluções no âmbito federal, estadual e municipal.
- b) Normas de Segurança, Proteção ao Meio Ambiente e Saúde Ocupacional da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- c) Procedimentos de Segurança, Meio ambiente e Saúde da CONTRATANTE.

3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1. A CONTRATADA, ao firmar o Contrato com a CONTRATANTE, obriga-se a cumprir integralmente o que preceituam às presentes exigências e todos os regulamentos e procedimentos de trabalho concernentes à Segurança, Proteção ao Meio Ambiente e Saúde Ocupacional, vigentes na CONTRATANTE, permitindo ampla e total fiscalização em suas instalações e serviços, por prepostos da mesma.

3.2. A CONTRATADA é responsável pelos atos de seus empregados e conseqüências cíveis e penais decorrentes de inobservância de quaisquer leis, normas e regulamentos de Segurança, Proteção ao Meio Ambiente e Saúde Ocupacional vigentes no país.

3.3. Não serão aceitas alegações de desconhecimento pela CONTRATADA das normas e regulamentos de Segurança, Proteção ao Meio Ambiente e Saúde Ocupacional, vigentes na CONTRATANTE, ainda que as mesmas não estejam anexas ao presente documento, pois tais informações estão disponíveis para consulta em cada órgão gerenciador do contrato. Em complemento, a CONTRATANTE disponibilizará informações sobre riscos potenciais existentes, visando subsidiar a CONTRATADA na elaboração de programas específicos sobre SMS, na emissão de laudos técnicos para fins de aposentadoria especial, previstos na legislação vigente.

3.4. Todo e qualquer serviço deve ser planejado, propiciando de forma proativa a condução segura da atividade. Para tal, pode ser necessária a realização de reuniões, envolvendo a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

| Emissão | Original | Rev.A | Rev.B | Rev.C | Rev.D | Rev.E | Rev.F | Rev.G | Rev.H | Rev.I |
|-----------------|-----------|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Data | 30/03/11 | 20/04/22 | | | | | | | | |
| Elaboração | Josimar | Josimar | | | | | | | | |
| Análise Crítica | Josimar | Eudes | | | | | | | | |
| Aprovação | Franciney | Franciney | | | | | | | | |

3.5. Todo serviço realizado pela CONTRATADA será permitido mediante emissão de Ordem de Serviço (OS), conforme procedimento interno da CONTRATANTE.

4. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

4.1. A CONTRATADA tem a responsabilidade e obrigação pelo fornecimento de EPI gratuitamente aos seus empregados em função da avaliação dos riscos inerentes aos serviços contratados, devendo ser eficaz e eficiente para garantir a preservação da saúde dos trabalhadores dos riscos do ambiente de trabalho em que os mesmos serão desenvolvidos e dos níveis a que poderão estar expostos.

4.2. Constatada a falta ou o uso inadequado de EPI, cabe à CONTRATADA corrigir tal não conformidade imediatamente ou retirar o empregado da exposição aos agentes agressivos ou risco de acidente, até que seja suprida a falta ou adotada a prática de uso adequado.

4.2. A CONTRATADA deve sinalizar, quando aplicável e em conformidade com a legislação, os locais e áreas de risco onde serão executados os serviços contratados, indicando a obrigatoriedade de uso e o tipo adequado de EPI a ser utilizado.

5. DOCUMENTAÇÃO

5.1. A CONTRATADA deve atender as exigências contidas na NR-09/NR-18 e NR-07 respectivamente. Para tanto, a CONTRATADA deve manter em dia o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO de todos os seus colaboradores, como estabelece a NR-07 e deverá apresentar a FISCALIZAÇÃO sempre que solicitado.

5.2. A CONTRATADA deve emitir, quando solicitado pela Fiscalização, o Relatório Estatístico de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, onde deve conter a quantidade de horas homens trabalhadas, número de colaboradores e de veículos trabalhando junto ao contrato, número de acidentes com e sem afastamento, incidentes, doença ocupacional, acidentes com veículos, número de inspeções, notificações e multas de órgão do trabalho e ambiental, quando solicitado pela CONTRATANTE.

5.3. A CONTRATADA deve emitir para seus colaboradores crachá, com os seguintes dados: nome ou logomarca da empresa, nome completo do colaborador, tipo sanguíneo, fator RH, função, número do RG e telefone para emergências, e obrigar a utilização dos mesmos por seus colaboradores quando em serviços previstos neste CONTRATO.

5.4. A CONTRATADA deve ainda providenciar todos os documentos pertinentes solicitados pela fiscalização, dentro do prazo estipulado por esta.

6. PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

6.1. Nenhuma substância sólida, líquida, ou gasosa deve ser descartada, sem prévia análise de suas consequências e impacto ao Meio Ambiente e sem autorização da Fiscalização. A Fiscalização deve ser informada com antecedência quando da necessidade de descarte de tais substâncias, bem como quanto aos procedimentos a serem utilizados pela CONTRATADA para atender aos requisitos legais e para prevenir ocorrências anormais, acidentes e impactos indesejados ao meio ambiente.

| Emissão | Original | Rev. A | Rev. B | Rev. C | Rev. D | Rev. E | Rev. F | Rev. G | Rev. H | Rev. I |
|-----------------|-----------|-----------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Data | 30/03/11 | 20/01/22 | | | | | | | | |
| Elaboração | Josimar | Josimar | | | | | | | | |
| Análise Crítica | Josimar | Eudes | | | | | | | | |
| Aprovação | Franciney | Franciney | | | | | | | | |

6.2. Correrá por conta da CONTRATADA o transporte e disposição final de materiais, resíduos, efluentes ou emissões bem como, indenização de todos os custos e serviços necessários para recuperação do meio ambiente, decorrente de impactos indesejados causados pela CONTRATADA, devido a dolo ou culpa desta ou de seus empregados ou SUBCONTRATADA(s).

6.3. Os materiais considerados inservíveis, de propriedade da CONTRATADA, tais como: papéis, latas, plásticos, resíduos, etc., devem ter destino apropriado, preferencialmente utilizando-se de programas específicos de Coleta Seletiva ou, quando não couber, descartá-los conforme estabelecido na legislação ou procedimentos escritos emitidos pelo órgão ambiental, pelo fabricante ou pela FISCALIZAÇÃO.

7. ELÉTRICAS

7.1. As instalações elétricas provisórias ou definitivas devem estar em conformidade com a legislação em vigor.

7.2. A CONTRATADA deve utilizar painéis, máquinas, equipamentos, ferramentas e instrumentos elétricos adequados ao serviço, bem como, a classificação da área onde serão realizados tais serviços.

8. OCORRÊNCIAS ANORMAIS

8.1. A CONTRATADA deve comunicar imediatamente à Fiscalização, todo acidente com ou sem afastamento, ocorrências anormais e situações de emergência, de maneira detalhada e indicando as providências tomadas, independentemente das comunicações obrigatórias previstas na legislação. Essas ocorrências devem ser registradas, analisadas e divulgadas aos seus empregados e as medidas corretivas e preventivas implementadas.

8.2. A CONTRATADA deve fornecer à Fiscalização o Resumo Estatístico Mensal (REM), dos acidentes ocorridos no período, em formulário específico.


9. SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS POR QUESTÕES DE SEGURANÇA, PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E SAÚDE OCUPACIONAL

9.1. A Fiscalização e o pessoal da SMS da CONTRATANTE, podem paralisar qualquer serviço no qual se evidencie risco iminente, ameaçando a segurança ou saúde das pessoas, o meio ambiente e a integridade das instalações.

10. TREINAMENTO EM SEGURANÇA, PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E EM SAÚDE OCUPACIONAL

10.1. A CONTRATADA deve elaborar e realizar treinamentos, voltados à prevenção de acidentes.

10.2. Os empregados admitidos pela CONTRATADA deverão realizar antes do início das atividades o treinamento citado no subitem anterior.



| Emissão | Original | Rev. A | Rev. B | Rev. C | Rev. D | Rev. E | Rev. F | Rev. G | Rev. H | Rev. I |
|-----------------|-----------|-----------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Data | 30/03/11 | 20/07/22 | | | | | | | | |
| Elaboração | Josimar | Josimar | | | | | | | | |
| Análise Crítica | Josimar | Eudes | | | | | | | | |
| Aprovação | Franciney | Franciney | | | | | | | | |

10.3. A CONTRATADA deverá apresentar os documentos comprobatórios da realização dos treinamentos à fiscalização do contrato.

10.4. Os custos com os treinamentos contemplados no item 10.1 correrão por conta da CONTRATADA.

10.5. Todos os empregados da CONTRATADA, quando convocados, deverão ser liberados para comparecer aos treinamentos e exercícios de Segurança, Saúde Ocupacional e Proteção ao Meio Ambiente ministrados pela CONTRATANTE.

11. VESTIMENTA DE TRABALHO

11.1. É obrigatório o fornecimento gratuito pela CONTRATADA, de vestimentas de trabalho para todos os seus empregados, nas características e quantidades compatíveis com os serviços a serem executados.

11.2. É obrigatório a utilização dos equipamentos de proteção individual pelos funcionários da CONTRATADA durante as atividades quando necessário.

12. PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO


12.1. Devem ser obedecidas, as medidas de prevenção e combate a incêndio das normas técnicas vigentes, especialmente às normas NR-18 e NR-23 do Ministério do Trabalho e Emprego (onde aplicáveis), e das legislações estaduais e municipais.

13. AUTO-AVALIAÇÕES, INSPEÇÕES E AUDITORIAS

13.1. A Fiscalização realizará, ao seu critério, inspeções e auditorias periódicas a fim de verificar as conformidades com os itens deste, além da Legislação de Segurança e Meio Ambiente vigentes no território Nacional.

13.2. À CONTRATADA compete corrigir as não-conformidades detectadas nas inspeções e auditorias realizadas pela CONTRATANTE, sob pena de suspensão das atividades, e aplicações de sanções contratuais.

| Emissão | Original | Rev.A | Rev.B | Rev.C | Rev.D | Rev.E | Rev.F | Rev.G | Rev.H | Rev.I |
|-----------------|-----------|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Data | 30/03/11 | 20/04/22 | | | | | | | | |
| Elaboração | Josimar | Josimar | | | | | | | | |
| Análise Crítica | Josimar | Eudes | | | | | | | | |
| Aprovação | Franciney | Franciney | | | | | | | | |

| | | |
|---|---|----------------------------------|
|  POTIGÁS <small>COMPANHIA POTIGUARA DE GÁS</small> | CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO INTERLIGAÇÃO DAS REDES INTERNAS DE GÁS DO CONDOMÍNIO PARQUE NOVA COLINA Anexo C | GCOM Página 1 de 1 |
|---|---|----------------------------------|

1. OBJETIVO:

O objetivo deste documento é definir critérios, condições e requisitos relativos à realização das medições referentes à prestação do serviço de interligação das Redes Internas de Gás do Condomínio Parque Nova Colina até o CRM da POTIGÁS.

2. APLICAÇÃO:

Aplicam-se estes critérios à área de fiscalização da Potigás e às empresas por ela contratadas.

3. PROCEDIMENTOS:

- 3.1. A POTIGÁS emitirá a Ordem de Serviço, relacionando e identificando o Condomínio Parque Nova Colina, para a CONTRATADA realizar a prestação dos serviços ora solicitados;
- 3.2. A POTIGÁS informará ao cliente, os dados da CONTRATADA para autorização do acesso para prestação dos serviços;
- 3.3. A medição será realizada e contabilizada, após a Fiscalização constatar a execução dos serviços com a colocação em carga de toda rede interna de gás, Ensaio de Estanqueidade Aprovado com emissão de Laudo e ART.
- 3.4. A unidade utilizada para a medição será a unidade do SI, sendo o **un** (unidade);
- 3.5. A CONTRATADA deverá enviar a Fiscalização a Ordem de Serviço com Registro Fotográfico dos serviços, devidamente preenchida e assinada pela Potigás, Contratada e Cliente, juntamente com as certidões negativas;
- 3.6. A POTIGÁS de posse das ordens de serviço, após a confirmação da execução dos serviços com o cliente, emitirá o Boletim de Medição e autorizará a CONTRATADA a emissão da Nota Fiscal da referida medição até o dia 25 do mesmo mês, com o prazo de pagamento para 10 (dez) dias após;
- 3.7. O pagamento será efetuado segundo os procedimentos internos da POTIGÁS e deverá ser informado oportunamente a CONTRATADA.

